



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Carlos Marighella e a resistência à Ditadura Militar pelas ondas sonoras em 1969¹

MUSTAFÁ, Izani²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RESUMO

O artigo apresenta dois episódios que aconteceram durante a Ditadura Militar do Brasil (1964-1985). Num dos piores momentos do regime, em 1969, Carlos Marighella, ousou resistir ao autoritarismo usando as ondas sonoras. Ele era do PCB e quando rompeu com o partido, criou a Ação Libertadora Nacional (ALN), favorável à luta armada para derrubar a ditadura. A atividade mais emblemática com relação à mídia foi a tomada da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, em 15 de agosto de 1969. Existe ainda uma gravação de dez minutos que era distribuída pela Rádio Libertadora para algumas emissoras. Marighella viveu longos anos na clandestinidade, foi perseguido, considerado o inimigo público número um do regime e morto numa emboscada, em 4 de novembro, às 20 horas, em São Paulo.

Palavras-chave: Rádio; Rádio Libertadora; Rádio Nacional de São Paulo; Ditadura Militar; Marighella.

O Golpe Militar e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

O Golpe Militar no Brasil começou a se organizar para se concretizar a partir de março de 1964, com alguns movimentos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, e com a mobilização da Associação dos Marinheiros que estava lutando pela garantia de direitos dos marinheiros, sob a liderança do cabo Anselmo. Um fato que ganhou enormes proporções e fez com que o ministro da Marinha, Sílvio Mota, se demitisse. Para ocupar a sua pasta, o presidente da República, João Goulart, nomeia o almirante reformado Paulo Rodrigues, que contou com o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Outro episódio ocorrido antes do golpe foi o discurso de Jango na assembléia geral de sargentos, no Rio de Janeiro, que provocou um confronto entre as diferentes tendências militares.

Segundo Fausto, na noite de 1º de abril, Jango vai para Brasília e tenta evitar

¹ Artigo apresentado no GT História da Mídia Sonora no 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia Alcar Sul 2014, que aconteceu nos dias 27 e 28 de março de 2014, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis (SC).

² Jornalista (UFSM), mestre em História do Tempo Presente (UDESC) e doutoranda em Comunicação Social (PUC/RS), turma de 2011. E-mail: izani@brturbo.com.br



“qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue³”. Depois viaja de Brasília para Porto Alegre e o presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declara vago o cargo da presidência. Assim, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume o poder até 15 de abril. “Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares⁴”. Leonel Brizola, cunhado de Jango, tentou mobilizar as tropas e a população do Rio Grande do Sul contra o golpe. Mas, em fins de abril, Brizola e Jango estavam exilados no Uruguai.

O período democrático chega ao fim e o Brasil mergulha na fase da história mais vergonhosa e triste: a Ditadura Militar que durou 21 anos, de 1964 a 1985. Era a primeira vez que militares assumiam o poder. Instauram um regime autoritário, com a imposição da censura prévia aos meios de comunicação, supressão de vários direitos constitucionais, perseguição, repressão e tortura aos opositores.

No poder estavam os ministros militares, como o general Arthur da Costa e Silva, que ocupava a pasta da Guerra. Em 9 de abril, os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica baixam o primeiro Ato Institucional, o AI-1 que manteve a Constituição de 1946 com várias alterações, mas o Congresso continuou aberto. As medidas fortaleciam o Poder Executivo e o enfraquecimento da atuação do Congresso, e o presidente da República poderia enviar ao Legislativo projetos de lei para serem apreciados em até 30 dias, tanto na Câmara como no Senado.

O AI-1 dá poderes aos militares e “suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos⁵”. O ato ainda permitiu a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), órgãos com poderes excepcionais para perseguir os adversários do regime.

A repressão começou com os estudantes que tinham tido papel relevante no governo de João Goulart, dissolução da União Nacional dos Estudantes (UNE), com ligas camponesas no nordeste, sindicatos e federações de trabalhadores, universidades e

³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 461

⁴ Idem. p. 461

⁵ Idem. p. 466



cassação de mandatos de 40 deputados e 49 juízes. Também foram afastadas aproximadamente 1.400 pessoas de cargos burocráticos civis e mais 1.200 das Forças Armadas.

Os militares ainda cassaram os mandatos dos governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e do Sergipe, Seixas Dória; e personalidades conhecidas como Jango, Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek perderam seus direitos políticos. Em junho de 1964, é criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como idealizador o general Golbery do Couto e Silva. O órgão tinha o poder de controlar os cidadãos por meio da análise de informações relacionada à segurança nacional, à contrainformação e à informação de subversão interna.

Os governos militares

O primeiro presidente militar, eleito pelo voto indireto do Congresso Nacional, de acordo com o AI-1, foi o general Humberto de Alencar Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 31 de janeiro de 1966), que pertencia ao grupo da Escola Superior de Guerra (ESG) e pretendia “reformular o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista⁶”. Baixou três Atos Institucionais. O AI-2, criado em 17 de outubro de 1965, determinava que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, com sessão pública e com voto nominal, e extinguiu os partidos políticos existentes, criados ao final do Estado Novo. Assim, o país passa a ter apenas dois partidos: a Ação Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O AI-3 estabeleceu o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados por meio das assembleias estaduais. A fim de realizar mais mudanças, o governo criou uma nova Constituição e, para que fosse aprovada, sem grandes alardes, baixou o AI-4 que reuniu extraordinariamente o Congresso que tinha sido fechado em outubro de 1966. A Constituição de 1967 ampliou os poderes do Executivo.

Em 15 de março de 1967, toma posse o novo presidente, o general Artur da

⁶ Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 470



Costa e Silva, e o vice da UDN Pedro Aleixo. Costa e Silva era do grupo mais linha dura do regime e favorável ao um nacionalismo mais autoritário das Forças Armadas. Com ele na presidência, aumentam os protestos em todo o país e o autoritarismo e a repressão ficam fortalecidos. Enquanto isto, a oposição começa a se rearticular.

Um ano depois, em 1968, no Uruguai, Jango, Juscelino e Lacerda formam a Frente Ampla para lutar pela redemocratização e garantia dos direitos dos trabalhadores. A repressão era contestada, principalmente, pelos estudantes, artistas e trabalhadores e uma das manifestações mais marcante aconteceu depois da morte do estudante Édson Luís, morto no Rio de Janeiro em confronto entre policiais e estudantes. Como resposta, o movimento estudantil, os integrantes da igreja e da sociedade civil realizam, em 25 de junho de 1968, a Passeata dos Cem Mil.

Neste mesmo período, aconteceram duas greves. Uma em Contagem (BH) quando 1.700 operários da Siderúrgica Belgo Mineira paralisaram e fizeram os diretores como reféns. Uma semana depois, “havia 15 mil trabalhadores parados, exigindo um aumento salarial de 25%”. Dez dias depois, um acordo acabou com o movimento. Em Osasco (SP), a greve ocorreu em 16 de julho e reuniu trabalhadores e estudantes ocupando a fábrica metalúrgica Cobrasma, sob “influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar⁷”.

Os grupos se espelhavam na Revolução de Cuba e nas guerrilhas que estavam surgindo em diferentes países da América Latina. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se coloca contra a luta armada e o grupo liderado por Carlos Marighella rompe com o partido e forma a Ação Libertadora Nacional (ALN), favorável à luta armada. Além da Ação, existiam outros grupos: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Quando as primeiras ações dos grupos de luta armada começaram a se espalhar pelo Brasil, o regime ficou mais austero e criou mais um instrumento para acabar com os subversivos. Neste período, o deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB) propõe ao povo a não comparecer às festividades do dia 7 da Independência. Os militares exigem a punição do parlamentar, a Câmara não aceita a determinação e em 13 de

⁷ Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 478



dezembro de 1968, Costa e Silva decreta o AI-5 e fecha o Congresso.

No ano seguinte, as ações armadas aumentam. Na metade do ano, Costa e Silva sofre um derrame e os ministros militares violam a Constituição e assumem o poder, de 31 de agosto a 30 de outubro de 1969, com a garantia do AI-12. A Junta Militar é formada por representantes do Exército, Lira Tavares, da Marinha, Augusto Rademaker, e da Aeronáutica, Márcio de Sousa e Melo. Ao mesmo tempo, a esquerda radical persiste e começa a seqüestrar membros do corpo diplomático estrangeiro para trocar por prisioneiros políticos. Entre eles acontece o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, no Rio de Janeiro, realizado pela ALN e o MR-8, quatro dias depois da Junta Militar assumir o poder.

Para combater as ações, o governo cria o AI-13, que pune todos os brasileiros que forem nocivos ou perigosos à segurança nacional, e o AI-14, que estabelece a pena de morte para aqueles envolvidos em casos de guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva. Era sabido que até aquele ano o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) era o órgão responsável pela tortura.

Em outubro de 1969, a Junta Militar determina vagos os cargos de presidente e vice-presidente e marca as eleições pelo Congresso Nacional para 25 de outubro. Assim, é eleito o general Emílio Garrastazu Médici para presidente, que assume em 30 de outubro e permanece até 15 de março de 1974. É quando a repressão fica mais eficaz e acaba com as ações da luta armada e os simpatizantes são silenciados.

Segundo Fausto, o “governo de Médici não se limitou à repressão⁸” porque distinguiu da população o grupo que era adversário do governo, debelado pela repressão. A sociedade em geral era contagiada pela propaganda que destacava os avanços econômicos do país, transformando-o numa grande potência.

Marighella, um revolucionário com ações e voz contra a Ditadura Militar

Carlos Marighella nasceu em 5 de dezembro de 1911, em Salvador (BA), e era filho de um imigrante italiano com uma negra, descendente dos haussás, conhecidos pela combatividade nas sublevações contra a escravidão. Quando adolescente,

⁸ Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 484



interessou-se pelas lutas sociais e, aos 18 anos, começou o curso de Engenharia, na Escola Politécnica da Bahia. Aos 21 anos, torna-se militante da juventude do PCB para defender a causa dos trabalhadores, a independência nacional e o socialismo. Na década de 1930, participa de manifestações contra o autoritarismo. É preso pela primeira vez em 1932, depois de escrever um poema com críticas ao interventor Juracy Magalhães.

Em 1936, abandona o curso de engenharia e vai para São Paulo, onde ajuda a reorganizar o partido. É preso pela segunda vez, em maio. Militava sob o codinome de Nerval e era o secretário técnico da organização do PCB. Durante 23 dias sofre com a tortura da polícia de Filinto Müller e fica encarcerado por um ano, sendo libertado pela anistia do ministro Macedo Soares, conhecida como Macedada, que libertou os presos políticos sem condenação. Mas, quatro meses depois, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo e Marighella passa a viver na clandestinidade e com a missão de reorganizar os revolucionários comunistas, atingidos pela repressão.

No entanto, em 1939, ele é preso novamente e torturado na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, e não fornece qualquer informação à polícia. Nos seis anos seguintes, fica detido nos presídios de Fernando de Noronha e de Ilha Grande, onde trabalha na educação cultural e política dos companheiros presos. Em abril de 1945, é anistiado e participa do processo de redemocratização do país, e dá continuidade à reorganização do PCB que volta à legalidade. Marighella concorre e é eleito deputado federal a Assembleia Constituinte pela Bahia, tendo como suas principais bandeiras a defesa dos operários. Os anais contêm 195 discursos.

No ano seguinte, seu mandato é cassado pela repressão do general Eurico Gaspar Dutra. Mesmo tendo o apoio de Luis Carlos Prestes, Dutra comanda a repressão aos comunistas e Marighella é obrigado a retornar à clandestinidade. Em 1947, a União da Juventude Comunista é fechada. Três anos depois, em São Paulo, mantém-se na militância e se integra às lutas populares. Entre 1949 e 1954, participa da campanha "O Petróleo é nosso" e organiza a greve geral dos cem mil. Como é considerado esquerdista pela direção do PCB, é enviado à China, depois à União Soviética e volta ao Brasil em 1954. No ano seguinte, com Juscelino Kubistchek no poder, os comunistas podem participar abertamente das ações no país.



De 1956 a 1959, a União Soviética inicia a desestalinização e o PCB adere à linha mais pacífica, apesar da vitória da Revolução Cubana. Em 1964, Marighella era responsável pela coordenação da propaganda do PCB. Quando João Goulart toma posse, Marighella afirma que discorda da linha oficial do PCB, criticando sua subordinação à burguesia. Depois do Golpe Militar, em 9 de maio, Marighella foi localizado por agentes do DOPS num cinema do bairro da Tijuca. Cercado pelos policiais, revidou com socos e gritos de ‘Abaixo a ditadura militar fascista’ e ‘Viva a democracia’. Levou um tiro no peito. Três meses depois foi solto “com dezesseis quilos a menos.

Em 1965, o PCB enfrenta uma crise interna e a cúpula está rachada, apesar de Luís Carlos Prestes controlar a situação. Alguns eram favoráveis ao caminho pacífico e outros à luta armada para reconquistar a democracia no país. Em dezembro de 1966 envia uma carta à Comissão Executiva e pede o seu desligamento, justificando que prefere lutar revolucionariamente com a população a esperar pelas regras do jogo político. “Minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político e burocrático e convencional que impera na liderança⁹”. Logo fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), por onde poderia enfrentar a ditadura com armas. “Entre militantes, simpatizantes e apoios, Marighella pode ter ficado com a militância e o apoio de cerca de mil comunistas que até então tinham gravitado em torno do PCB. Dispunha de núcleos ativos em sete estados¹⁰”.

Ainda em 1966, Marighella escreve *A Crise Brasileira*, onde expõe suas posições críticas à linha do PCB e defende a adoção da luta armada contra a ditadura. Em 1967, Marighella viaja a Cuba para participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade-OLAS, mesmo desautorizado pelo partido. Para ele, não era necessário pedir licença para praticar atos revolucionários e, assim, é expulso do PCB. Logo fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN), por onde poderia enfrentar a ditadura com armas.

No ano seguinte, em 1968, as ações de luta armada aumentam no Brasil. “O

⁹ MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979. p. 90

¹⁰ Idem. p. 249



terrorismo de esquerda tomara a ofensiva tanto na quantidade como na qualidade. As ações de significado político, que rendiam publicidade, prevaleceram sobre aquelas com objetivo logístico, que buscavam dinheiro e armas¹¹". Marighella participava de várias ações armadas para recuperar fundos para a construção da ALN. Uma delas foi o desbaratamento do comício de Abreu Sodré, em São Paulo. Noutro momento, o movimento estudantil organizou manifestações e mobilizou aproximadamente 100 mil pessoas. Para ele, a guerra revolucionária "pretendia significar um salto de qualidade no combate ao regime¹²" e assim deixava de ser uma tese para ser uma luta armada inevitável. Em 1968 foram realizados 17 assaltos a agências bancárias e carros-fortes em São Paulo, sendo um a cada três semanas. "Nos últimos cinco meses do ano seguinte esse número saltou para 59, um a cada seis dias¹³", completa Gaspari.

No Rio de Janeiro, em 13 de novembro de 1968, Marighella participou do assalto ao trem pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, o que rende ao grupo 31 mil dólares. A polícia localizou o dinheiro expropriado, prendeu um dos participantes e chegou ao nome do comandante da operação, Marighella. Ao todo, sete guerrilheiros participaram do assalto, sendo que seis foram identificados. Ele é considerado inimigo público da nação e é alvo de caçada pela polícia. A capa da Revista Veja avisava: "Procura-se Marighella, chefe comunista, crítico de futebol em Copacabana, fã de cantadores de feira, assaltante de bancos, guerrilheiro, grande apreciador de batidas de limão¹⁴".

É no governo de Médici, iniciado em 30 de outubro, que a luta armada começa a desaparecer, principalmente porque a repressão torna-se mais eficaz e porque contava com uma rede de apoio, composta por jovens profissionais.

A ocupação da Rádio Nacional de São Paulo

Além das expropriações de bancos, o grupo de militantes revolucionários comandado por Marighella ocupa a Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, em

¹¹ MARIGHELLA, Carlos. p. 327

¹² Idem. p. 328

¹³ Idem. p. 354

¹⁴ Revista Veja, 20 de novembro de 1968. In: GASPARI, Élio. p. 329



15 de agosto de 1969. Nesta ousada atuação dentro de um veículo de comunicação, é lido um manifesto assinado por Marighella. Na dissertação de mestrado Edson Teixeira da Silva Júnior¹⁵, transcreve a entrevista realizada com o militante da ALN, Manuel Cyrillo, em 18 de dezembro de 1999, em Campinas (SP):

A gente ocupa uma torre de transmissão de rádio, foi exatamente no dia em que o americano pisou na lua. A gente ocupou a torre da Rádio Nacional, aqui em São Paulo, que hoje é a CBN, na época era uma das rádios de maior audiência, às sete horas da manhã. Havia um programa de maior audiência, que era policiaisco, relacionado ao crime, nem sei, devia ser o próprio Gil Gomes, mas não sei quem era o locutor chefe desse programa. Era o programa de maior ausência e a gente ocupa a torre e botas uma mensagem gravada do Marighella, nós deixamos lá um gravador e ele repetiu duas ou três vezes aquela mensagem¹⁶.

A data citada pelo entrevistado não é bem esta. Cyrillo salienta que Marighella tinha uma forma diferente de comandar e que na tomada da Rádio Nacional ele sempre se certificava se a ação era correta e se realmente estava tudo esquematizado, com chances de vitória porque “a gente estava vivendo uma fase de preparação mesmo, difícil mesmo¹⁷”.

De acordo com Magalhães, “a ação da ALN foi ignorada país afora, pois romper o bloqueio dos meios de comunicação era mais complicado que empacotar um punhado de dinamite e detoná-lo em pleno centro de São Paulo¹⁸”. Uma das ações e o discurso proferido pelos opositores foram ignorados pela mídia. No dia 1º de maio, uma dissidência do PC do B, a Ala Vermelha, ocupou uma rádio de São Bernardo do Campo. Desde o AI-5, os espaços na mídia eram raros, e “tornara-se impensável veicular um documento da lavra de Marighella, como o Jornal do Brasil se atrevera em setembro de 1968¹⁹”. A ALN podia organizar manifestos, distribuir panfletos, invadir rádios, nada

¹⁵ SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra. p. 317

¹⁶ Idem. p. 317

¹⁷ Cyrillo, Murilo. In: SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. p. 318.

¹⁸ MAGALHÃES, Mario. **O guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 452

¹⁹ Idem. pp. 452-453



era veiculado na imprensa. Por isto, os panfletos distribuídos “não atingiam círculos mais amplos que os da esquerda armada, pois o jornalismo calava sobre eles”²⁰.

Percebendo que não teria espaço na mídia e

sentindo-se um pregador no deserto, Marighella se encantou com o oásis oferecido pelo companheiro José Wilson Lessa Sabbag. O estudante propôs o fim dos intermediários: que falassem diretamente às pessoas, na estação de rádio mais ouvida e no horário campeão de audiência²¹.

Foi o companheiro, estudante de Direito da PUC, Sabbag que confidenciou a Marighella sobre um novo alvo: a Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, que não era pública, como a Nacional do Rio de Janeiro, mas pertencia às Organizações Globo. E o sinal da emissora tinha um alcance de 600 quilômetros, no momento em que os revolucionários estivessem no ar, afirmou Sabbag a Marighella. E para completar, no interior do estado, havia neste horário cerca de 80% dos aparelhos sintonizados, significando um grande número de ouvintes.

O objetivo era veicular um manifesto de Marighella, que havia sido lançado em junho e intitulava-se *Ao povo brasileiro*. “Cogitaram levá-lo ao estúdio para gravar, porém julgaram imprudente que ele andasse pelo centro. Hino Nacional ao fundo, Belloque empostou a voz e preencheu a fita com três leituras do texto”²². Tudo aconteceu em 15 de agosto de 1969, de uma maneira cinematográfica, relata Magalhães:

Pouco antes das oito e meia da manhã, um Aero-Willys e um Fusca repletos de guerrilheiros estacionaram em Piraporinha e não desligaram os motores... Cerca de seis militantes se mantiveram do lado de fora do prédio, e outra meia dúzia entrou, incluindo o técnico, dono do estúdio de gravação. Arrancaram a Taurus .32 do vigilante e cortaram o som emitido na sede da rádio em Santa Cecília. Enquadraram os dois operadores em serviço, conectaram o gravador ao transmissor que enviou o áudio para a antena e trancaram os três funcionários no almoxarifado²³.

²⁰ Op. Cit. MAGALHÃES, Mario. pp. 452-453

²¹ Idem. p. 454

²² Idem. p. 455

²³ Idem. p. 456



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Segundo ele, “às 8h33, um número incalculável de ouvintes se espantou com uma voz encorpada e de sotaque paulista ressoando nos bares, escritórios, padarias, carros e lares²⁴”. Na abertura, por causa dos incêndios e atentados contra televisões, foi introduzida uma advertência.

Atenção, muita atenção! Senhoras e senhores: tomamos esta emissora para transmitir a todo o povo uma mensagem e Carlos Marighella. Brasileiros, queremos esclarecer a opinião pública que os últimos atentados contra as emissoras de TV são de responsabilidade do governo. O governo faz isto na tentativa de jogar o povo contra os revolucionários. Deixamos bem claro que nossos atos de sabotagem e terrorismo são voltados contra a ditadura militar e o imperialismo americano²⁵:

Em seguida, a voz comunicou aos ouvintes quais eram os objetivos do manifesto:

1) Derrubar a ditadura militar, anular todos os seus atos desde 1964, formar um governo revolucionário do povo; 2) expulsar do país os norte-americanos, expropriar firmas, bens e propriedades deles e dos que com eles colaboram; 3) expropriar os latifundiários, acabar com o latifúndio, transformar e melhorar as condições de vida dos operários, dos camponeses e das classes médias, extinguindo ao mesmo tempo e definitivamente a política de aumento dos impostos, dos preços e aluguéis²⁶;

O manifesto também exigia o fim da censura e a volta da liberdade de imprensa:

4) acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; 5) retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente, reatando ao mesmo tempo laços diplomáticos com Cuba e todos os demais países socialistas²⁷.

Quando o serviço secreto do Exército concluiu a transcrição e percebeu a ousadia dos revolucionários da ALN, os invasores da emissora já haviam partido. De

²⁴ Op. Cit. MAGALHÃES, Mario. p. 456

²⁵ Idem. p. 457

²⁶ Idem. p. 457

²⁷ Idem. p. 457



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

acordo com Magalhães, Marighella “exultou com o resultado da ação²⁸”.

Rádio Libertadora, a voz de Marighella contra a Ditadura Militar

Esta alternativa para burlar a censura imposta pelo regime contra a imprensa, e muito bem utilizada por Marighella, foi a criação da Rádio Libertadora. No YouTube pode-se ouvir uma das gravações feitas pelo próprio Marighella, de algumas, certamente, que eram repassadas às rádios ou veiculadas em alto-falantes. A gravação está preservada no Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB) e a declaração, como outras, foram transcritas e reunidas no livro *Radio Libertadora, A Palavra de Carlos Marighella*. A transcrição da afirmação também pode ser acessada no site Documentos Revelados²⁹ e nele podemos perceber algumas semelhanças com a mensagem irradiada na tomada da Rádio Nacional de São Paulo. Segundo o documento, a gravação inicia com o fundo musical com o Hino Nacional e o Hino da Independência e também explica

Ao povo brasileiro. Partidários da guerra revolucionária, nela estamos empenhados com todas as nossas forças no Brasil. A polícia nos acusa de terroristas e assaltantes, mas não somos outra coisa, senão revolucionários que lutam à mão armada contra a atual ditadura militar brasileira e o imperialismo norte-americano³⁰.

Depois de expostos os cinco objetivos, que estão na transmissão na Rádio Nacional, Marighella enfatiza que

para combater a ditadura militar e atingir os objetivos aqui expostos, não recebemos do estrangeiro nem armas e nem recursos financeiros. As armas são obtidas mesmo no Brasil. São armas capturadas dos quartéis e tomadas da Polícia. Ou são aquelas que os militares revolucionários entregam à revolução, quando desertam das Forças Armadas da ditadura, como fizeram o capitão Lamarca e os valorosos sargentos, cabos e soldados, que o acompanharam na retirada do

²⁸ Op. Cit. MAGALHÃES, Mario. p. 458

²⁹ Documentos Revelados no site da Rede Democrática: http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=4729:r%C3%A1dio-libertadora-a-palavra-de-carlos-marighella%E2%80%8F

³⁰ Marighella, Carlos. In: Documentos Revelados.



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

Quartel de Quintaúna³¹.

Marighella é otimista e afirma que espera que estas atitudes continuem acontecendo para “desespero e desmoralização dos gorilas e fortalecimento da revolução³²”. Ele acrescenta ainda que o dinheiro arrecadado pelos grupos revolucionários é fruto dos assaltos a bancos do país, daqueles que expropriam e enriquecem, “explorando de forma brutal o povo brasileiro³³” e que teriam lucrado 400 bilhões de cruzeiros velhos. Em contrapartida, acrescenta ele no texto gravado, os trabalhadores bancários. Ganham salário mínimo e tem que trabalhar pelo menos 25 anos para receber o dobro deste “miserável salário³⁴”. O revolucionário ainda afirma que os meios utilizados pelos revolucionários para combater a ditadura são legítimos e que nenhum “homem honrado pode aceitar a vergonha e a monstruosidade do regime imposto pelos militares e pelas Forças Armadas no Brasil³⁵”. A mobilização dos estudantes, diz, são testemunhos de que os norte-americanos são repudiados no Brasil e só têm apoio da ditadura militar.

A guerra revolucionária que estamos fazendo é uma guerra prolongada, que exige a participação de todos. É uma luta feroz contra o imperialismo norte-americano e contra a ditadura militar brasileira, que funciona como agente dos Estados Unidos dentro de nossa pátria. É a continuação da luta heróica de Guevara, iniciada no Bolívia, pela Libertadora de toda a América Latina. É uma luta profunda, visando a transformação da sociedade brasileira³⁶.

Marighella salienta que a Libertadora do povo não tem prazos e não tem pressa porque não é uma quartelada ou um golpe militar que podem substituir os outros no poder. Para ele, a única maneira de derrubar a ditadura era com a luta armada. A voz de Marighella é silenciada quando é morto numa emboscada na noite de 4 de novembro de 1969.

³¹ Op. Cit. Documentos Revelados.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.



Considerações finais

Para o comunista e revolucionário Carlos Marighella, a única maneira de derrubar a Ditadura Militar era a luta armada. E foi por defender a luta e não a busca pacífica e burocrática que ele entrou em crise com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em dezembro de 1966, enviou uma carta à Comissão Executiva e pediu seu desligamento justificando que preferia lutar revolucionariamente e não esperar pelas regras do jogo político. Quando participou da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade-OLAS, mesmo desautorizado pelo partido, em 1967, Marighella acaba sendo expulso do PCB.

Quando estava com 54 anos e há 37 integrava o PCB, Marighella criou a Ação Libertadora Nacional (ALN) e já era conhecido como revolucionário e apontado pelos militares como um guerrilheiro, o inimigo número um da nação. Em 1968 e 1969, participou de muitas ações, como assaltos a bancos e carros-fortes, a fim de arrecadar fundos e comprar armas para a ALN, e organizar greves e mobilizações e sequestros. Além da luta armada, Marighella tinha domínio das palavras, sabia escrever muito bem e tinha o dom da oratória. Tinha consciência da importância dos veículos de comunicação e como os jornais não noticiavam as ações dos revolucionários, ele decidiu falar aos microfones das rádios e em alto-falantes.

Gravava textos e contava com a ajuda de amigos e companheiros para divulgá-los. Uma destas mensagens, que tem duração de 10 minutos, está no YouTube. Mas a ação mais marcante é, sem dúvida, a invasão da Rádio Nacional de São Paulo, em Piraporinha, quando ele e mais integrantes da luta armada conseguem colocar no ar uma declaração onde explica que a luta armada é necessária para derrubar a ditadura militar e o imperialismo norte-americano. Marighella sonhava em formar um governo revolucionário do povo, expropriar os latifundiários, acabar com a censura, instituir a liberdade de imprensa e retirar o país do jugo dos Estados Unidos.

No entanto, a partir de outubro de 1969, com o presidente Médici, a repressão aumenta e contando com uma rede de apoios militares e jovens profissionais, as organizações e seus integrantes passam a ser perseguidos. Marighella é morto numa emboscada na noite de 4 de novembro de 1969. Nesse ano, a luta armada no Brasil



50 anos do Golpe Militar de 64

"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"

começa a desaparecer. E a Ditadura Militar se manteve no poder até 1985.

Referências bibliográficas

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

MAGALHÃES, Mario. **O guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

Artigos, dissertações e teses

GOLDENBERG, Mirian. **Bandido ou herói? Como a imprensa noticiou a morte de Carlos Marighella**.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. **Carlos: a face oculta de Marighella**. Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra.

Sites

Documentos Revelados –

<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/espetacular-tomada-da-radio-nacional-de-sao-paulo-pela-resistencia-a-ditadura/>, visitado em 6 de janeiro de 2014, às 21h30 (Horário de Coimbra/PT)

Ditadura militar no Brasil – Monografias Brasil Escola

<http://monografias.brasile scola.com/historia/ditadura-militar-no-brasil.htm>, visitado em 2 de janeiro de 2014, às 16h21 (Horário de Coimbra/PT)

Escritos de Carlos Marighella – São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

<http://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>, visitado em 2 de janeiro de 2014, às 19h18 (Horário de Coimbra/PT)

Marighella – documentário dirigido por Isa Grinspum Ferraz, de 2011.

<https://www.youtube.com/watch?v=SF2Rt1-e8G8>

Rádio Libertadora, a palavra de Carlos Marighella

http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=4729:r%C3%A1dio-libertadora-a-palavra-de-carlos-marighella%E2%80%8F, visitado em 2 de janeiro de 2014, às 20 horas (Horário de Coimbra/PT)

Áudios e vídeos

100 anos de Marighella: Ouça entrevista histórica do guerrilheiro.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html>. visitado em 5 de janeiro de 2014, às 21 horas (Horário de Coimbra/PT)

Rádio Libertadora – Ao povo brasileiro – Carlos Marighella

<https://www.youtube.com/watch?v=UqYmDkFa9yQ>, visitado em 2 de janeiro de 2014, às 21 horas (Horário de Coimbra/PT)